



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 27ª
(VIGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE ABRIL DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Democrático, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, há muito se fala que a Procuradoria desta Casa não tem nos defendido a contento. E nós precisamos que ela melhore sua atuação nesta Casa.

Eu também acho que precisa melhorar. Eu acho que ela precisava ter um pessoal mais aguerrido para defender os nossos projetos, mas eu fiquei satisfeito, porque eu tinha uma lei que foi considerada inconstitucional. Ela foi votada aqui, o Governo a vetou, nós derrubamos o veto do Governador, entraram com uma ADI,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

contra o nosso projeto, e a Procuradoria nos defendeu. A lei tratava da questão da água potável para os alunos das escolas públicas do Distrito Federal, porque havia colégios em Brazlândia, por exemplo, em que a água consumida pelos alunos não era potável, era cheia de colibacilos. Muitos alunos tinham disenteria e muitos outros problemas. Eu mostrei que realmente aquela água não era própria para o consumo das crianças, pois elas iriam ficar doentes, como algumas ficaram com disenteria, como eu disse.

A Procuradoria foi nos defender, mostrou que realmente aquela não era uma lei inconstitucional e nós ganhamos esse processo. E hoje a nossa lei está validada. É uma lei que podemos usar. As nossas crianças não podem continuar tomando água inadequada ao consumo humano como estava acontecendo.

Eu queria agradecer aqui aos nossos Procuradores, ao Dr. Arnaldo e a sua equipe, que realmente trabalharam muito forte para reverter esse processo. Hoje essa lei é válida e as crianças vão poder tomar água de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Diante do que V.Exa. está dizendo, temos de parabenizar a Procuradoria desta Casa que, com muita proficiência, conseguiu validar a lei de V.Exa.

Queremos também parabenizar V.Exa. pela lei. Não poderia esperar que fosse diferente a postura de um Deputado da magnitude de V.Exa. Queremos parabenizar o Distrito Federal, que só tem a ganhar com o Deputado da proficiência e do trabalho de V.Exa., que está de parabéns. O Distrito Federal só tem a ganhar com essa lei.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, como Líder do Bloco, já que o Deputado Rôney Nemer não está presente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dois assuntos específicos me trazem à tribuna desta Casa hoje. Mais uma vez, eu vou fazer um relatório sobre a posição das prestações de contas dos governadores, já que recorrente matéria jornalística dá informação de que algumas prestações de contas foram votadas, outras não foram e outras estão na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Para que fique registrado nos Anais desta Casa, eu vou dar uma posição exata das prestações de contas que não foram votadas até hoje.

Prestação de contas do ano de 2003, Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Já foi votada na CEOF e desde 2009 espera votação em plenário.

Prestação de contas de 2004, Conselheiro Antônio Renato Rainha, Processo nº 19, de 2004. Está distribuído para o Deputado Cláudio Abrantes para relatar a matéria. O Deputado está elaborando o parecer sobre a prestação de contas de 2004.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Prestação de contas de 2005, Conselheira Marli Vinhadeli, Processo nº 65, de 2006. Já foi também votado na CEOF e se encontra pronto para ser votado em Plenário.

Prestação de contas de 2006, Conselheiro Relator, Ronaldo Costa Couto, Processo nº 07, de 2007. Também já foi votado na CEOF e se encontra pronto para ser votado em Plenário.

Prestação de contas de 2007, Conselheiro Jorge Caetano, Processo nº 22, de 2008. Também votado na CEOF, encontra-se pronto para ser votado pelo Plenário.

Prestação de contas de 2008, Conselheira Anilcéia Machado, Processo nº 44, de 2009. Está para o Deputado Wasny de Roure relatar. O Deputado informa que está elaborando o seu parecer.

Processo de 2009, Conselheiro Manoel Paulo de Andrade Neto, prestação de contas do ex-Governador Arruda, Processo nº 97, de 2010. Houve rejeição por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal e houve um recurso do ex-Governador à decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O processo voltou para o Tribunal e está esperando o deferimento do recurso feito pelo ex-Governador para que seja votado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Processo de 2010, Conselheiro Renato Rainha, Processo nº 6, de 2011. O Tribunal de Contas do Distrito Federal votou pela aprovação da prestação de contas, mas o Ministério Público entrou com recurso. A prestação de contas voltou e aguarda que o Tribunal de Contas do Estado julgue o recurso interposto pelo Ministério Público na prestação de contas de 2010, para que seja votado pela CEOF e, em seguida, possa ser votado pelo Plenário.

Sr. Presidente, para que não reste mais nenhuma dúvida a respeito da posição sobre as prestações de contas que se encontram na Câmara Legislativa, faço esse registro para que as pessoas ou mesmo o portal da Câmara Legislativa — eu passo às mãos de V.Exa. — possam fazer a divulgação desse quadro demonstrativo, a fim de que não tenhamos mais dúvida a respeito da posição da prestação de contas.

Outro assunto que me traz à tribuna de hoje é o terrorismo que a Agefis está fazendo, Deputado Chico Vigilante, na derrubada de muros e portarias de condomínios que existem desde 1975. São portarias que estão lá há 20 anos. São portarias já consolidadas. Nós temos tantos problemas aqui em Brasília! Agora nós resolvemos derrubar portarias de condomínios que estão lá há mais de trinta anos!

O órgão de fiscalização do Governo, a Agefis, começou esta semana a intimidar os condôminos e os condomínios a derrubar guaritas, portarias e muros no prazo de dez dias. O primeiro a ser notificado da derrubada foi o Estância Jardim Botânico, na cidade do Jardim Botânico, onde os fiscais entregaram na tarde de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

ontem, segunda-feira, 10 de abril, a notificação, deixando síndicos e moradores da região apavorados.

No mês passado, alguns condomínios começaram a ser notificados pela Agência de Fiscalização pela existência de muros e portarias. Fiscais estiveram nos condomínios Solar da Serra e Quintas da Alvorada, quando entregaram o auto de notificação dando prazo de 30 dias para que os síndicos apresentassem alvará ou licença de construção da guarita e do cercamento.

Ora, essas não são obras novas, pois vejam só: o Quintas da Alvorada existe desde 1975. Está localizado em área particular e foi o primeiro condomínio a ser implantado no Distrito Federal. Ali, a portaria é tão antiga quanto o residencial.

Mas os desencontros dentro do próprio Governo são grandes. Em outubro, Deputado Chico Leite, do ano passado, em audiência pública aqui na Câmara Legislativa, o Secretário de Habitação, Geraldo Magela, garantiu que “esse governo não irá derrubar muros e portarias dos condomínios” e ficou de encaminhar à Câmara, até dezembro do ano passado, projeto de lei que garanta a permanência dos residenciais fechados. Isso até agora não aconteceu.

Na verdade, o que se observa é que está faltando entendimento entre os órgãos do governo. O Secretário de Habitação, publicamente, garantiu a não derrubada. O Governador recentemente criou a Secretaria dos Condomínios para resolver a questão dos condomínios. Mesmo devagar, o novo órgão está sendo implantado. Agora a Agefis, agência fiscalizadora subordinada à Secretaria de Estado de Governo, vem amedrontando os moradores de condomínios com suas notificações, sem levar em conta o empenho do Governo em solucionar a questão.

No meio de tantos desencontros e terrorismo, uma coisa é certa: a Agefis tem muito trabalho pela frente, pois mais de 50% do Distrito Federal, e não somente os condomínios, estão implantados de forma irregular, Deputada Arlete Sampaio, sem alvará de construção, licença da Administração Regional ou escritura em cartório. Muita coisa tem que ser colocada abaixo e não somente o muro e as portarias.

Vem governo, vai governo e a situação dos condomínios não se resolve. Enquanto isso, moradores vivem diariamente com a apreensão de terem as suas casas, os muros ou grades dos condomínios derrubados. A preocupação é ainda maior quando se pensa que um dos maiores motivos da migração da população para os condomínios é justamente a garantia de segurança, Deputado Chico Vigilante, dada principalmente pela existência dessas grades, muros e guaritas.

A crescente onda de criminalidade, que tomou conta dos grandes centros urbanos, leva cada vez mais pessoas a buscarem segurança em condomínios fechados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 002/2007, firmado entre Ministério Público e Governo do Distrito Federal, estabelece que, caso não exista uma lei que permita o fechamento, será necessária a desconstituição. Mas uma lei de autoria do Poder Executivo é capaz de resolver esse impasse. Basta boa vontade do Governo para encaminhar o projeto de lei à Câmara Legislativa, evitando vícios e questionamentos, tudo bem discutido com os órgãos competentes, preservando os corredores ecológicos e o livre acesso aos equipamentos públicos – escolas, postos policiais e de saúde. Hoje o fechamento não é um luxo, é uma necessidade.

O novo PDOT, hoje em discussão pela eficiência do nosso Líder, Deputado Rôney Nemer, menciona a possibilidade de os condomínios, parcelamentos já existentes manterem o fechamento. Mas o dispositivo legal não esclarece em que condições, quais seriam as responsabilidades dos moradores ou mesmo do GDF dentro dos parcelamentos fechados.

Sr. Presidente, temos que resolver a questão, mas sem ameaça aos moradores, que além de terem preservado o centro da Capital, construíram, sem depender do Governo, toda a infraestrutura, verdadeiras cidades hoje, evitando o favelamento de Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu queria fazer uma complementação à fala de V.Exa.

No momento, nós estamos passando em Brasília por uma insegurança que, de tão grande, está assolando toda a sociedade do Distrito Federal. Eu já disse, até nas redes sociais, que a questão da segurança no Distrito Federal transcende a questão de polícia, de bandido. Ela transcende a questão de polícia. Ela transcende até a questão dessa famigerada Operação Tartaruga, da qual tanto falam por aí. Operação Tartaruga ou não tartaruga, eu não vou entrar nessa questão que não me diz respeito. Fico até estarecido ao ver uma situação como essa.

Não vou entrar na questão da Agefis ou da não Agefis, porque muitas vezes o que a Agefis está fazendo é o trabalho dela, também. Nós não podemos aqui... Muitas vezes dizem: "Ah, a polícia está prendendo pobre, está prendendo mercadoria". Eu não vou entrar na questão do executor do trabalho, Deputado. Eu vou entrar na questão de fazer o trabalho, na questão de quem está mandando fazer esse trabalho. Eu acho que nós temos de ir à questão que transcende o fato de a Agefis fazer o trabalho. Como V.Exa. bem diz: "Poxa vida, derrubaram um fato consumado que hoje são os condomínios". Derrubar uma guarita dessas, derrubar uma cerca, onde? Se há um mínimo de segurança, deve-se a essas cercas, a essas guaritas.

Nós vivemos numa insegurança; tanto faz ser no centro de Brasília ou na sua periferia ou no Entorno do Distrito Federal. Estamos vivendo numa insegurança. Hoje, se nós fizéssemos uma enquete, as pessoas iriam falar de saúde, iriam falar de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

educação, mas a segurança apareceria em primeiro lugar porque é emergencial. V.Exa. traz um assunto da maior magnitude, que é a segurança. No momento em que derrubam uma guarita dessas, no momento em que derrubam uma cerca dessas, surge uma insegurança nessas localidades.

Então, eu quero plagiar o Deputado Aylton Gomes, ombrear-me a S.Exa., para que nós possamos, juntos, lutar a fim de que isso não aconteça. Contudo, nós temos de ir juntos, antes que isso aconteça, porque, primeiro, um gasto muito grande foi feito para que pudesse haver um mínimo de segurança, que o Estado é obrigado a dar. Ninguém fez essa guarita só com o intuito de embelezar o seu condomínio. O intuito primeiro de fazer essa guarita, de fazer essa cerca foi o de dar segurança. Com certeza, eu acho que, no momento em que fizeram essa guarita e essa cerca, não pensaram em embelezar o condomínio. Pensaram em dar segurança. Já que teriam de providenciar a segurança que o Estado é obrigado a dar, fizeram algo bonito para dar maior conforto. Entretanto, o objetivo primordial foi dar maior segurança aos moradores daquela área. Concorda com isso?

E agora, vem o Estado querendo tirar o mínimo de segurança que há naquele local, veja, Deputado Agaciel Maia. Eu participei também dessa reunião que V.Exa. fez aqui nesta Câmara Legislativa. Nós tivemos um Secretário de Estado presente – ele falava e fala em nome do Governo – que disse que nenhuma cerca e nenhuma guarita seria derrubada. Então, eu acho que nós aqui no Parlamento deveríamos cobrar isso, até porque nós já vimos esta história antes: derrubam e depois regularizam. Poxa, pelo amor de Deus! Já que está na iminência, esse é um compromisso do nosso Governador, esse é um compromisso do Governador, que está começando a colocar o Distrito Federal num novo caminho, o novo caminho prometido na campanha, de uma Brasília que nós esperamos que aconteça.

Nós temos aqui uma Deputada que foi Vice-Governadora, que sabe do interesse que temos na segurança. Infelizmente, a Deputada Arlete Sampaio foi candidata em 2006, mas não foi eleita. Tenho certeza de que se S.Exa. tivesse ganhado, nossa Brasília não estaria como está hoje. Sei da sua experiência, do seu profissionalismo e do seu carinho por Brasília. Ainda tenho esperança de vê-la governadora, pode ter certeza disso. Quando S.Exa. for candidata, terá o meu voto. Não estou falando isso por “puxa-saquismo”. Sou seu fã. Pode ter certeza disso. Não tenho dúvidas de que V.Exa. não deixará que derrubem essas guaritas sobre as quais estamos discutindo.

Vamos levar ao Governador essa questão, Deputado Agaciel Maia, porque isso não vai acontecer! Pelo trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo por Brasília e pelo trabalho que esta nova legislatura está fazendo, isso não pode acontecer. Nem que tenhamos de – falo por conhecimento – entrar na frente dos tratores para não deixar isso acontecer. Junto com o nosso Líder de bloco, Deputado Rôney Nemer, que vem desempenhando seu trabalho muito bem, nós vamos entrar! Não só pela beleza, não só pelo trabalho que foi feito, Deputada Arlete Sampaio, mas pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

segurança de que esse povo precisa neste momento. Se deixarmos que essas guaritas sejam derrubadas, estaremos dizendo: bandidagem, pode entrar. E esse não é o momento para que isso aconteça.

Quero me juntar a V.Exa. para não deixar isso acontecer, pois este novo Governo é o Governo do povo, que está junto com o povo. V.Exa. está de parabéns pelo trabalho que vem fazendo e por trazer ao plenário esse tema.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Quero agradecer o aparte do nobre Deputado Dr. Michel.

Eu gostaria de mais uma vez firmar, Deputado Cláudio Abrantes, pois muitas vezes esses interesses... Eu falei ao Deputado Chico Vigilante que defender os condomínios instalados, as pessoas que pagam IPTU, é legal para o Governo. Quando se paga o IPTU, o Governo vai lá e cobra o IPTU deles. Eles são legais para pagar IPTU, mas não o são para receber a escritura.

O que tentaram, Deputado Chico Leite, tendo em vista a minha defesa desses condomínios – essa é uma bandeira do Governador e é também a minha bandeira na política –, foi inverter o jogo. Grileiro e invasor têm que ser presos.

Eu não sou amigo de ninguém lá, não tenho terreno, não tenho nada em área invadida. O jogo de interesses de contrainformação, de achar que o Deputado Agaciel Maia, por defender a legalização dos condomínios, eles teriam que, nesse jogo de interesse econômico... E o interesse econômico em Brasília sabemos que é grande. Eu provei isso com a lei da compensação dos estacionamentos. Falei várias vezes neste plenário que quando é para criar um Noroeste, que envolve milhões, não há ação judicial que impeça. Agora, quando há uma pessoa de classe média que constrói sua casa com o próprio dinheiro, ao invés de participar de favelas, trazendo, assim, benefícios, vem o Governo para cobrar o IPTU e o ICMS, se a pessoa for comerciante. Então, a pessoa é legal só para pagar impostos. Quando é para reconhecer a dívida, é ilegal.

Agora, querer jogar no colo do nosso bloco – pois temos a indicação da Secretaria dos Condomínios – áreas invadidas, foi o que eu disse aqui e repito: quem usar o nome do Dr. Agaciel Maia para fazer invasão ou grilagem de terras, chamem a polícia e mandem prender. Acho que existem alguns que tentaram me prejudicar naquela história de São Sebastião que já estão presos. É o feitiço contra o feiticeiro.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, na verdade, lutando há tanto tempo contra a grilagem de terra – o Deputado Joe Valle também tem um histórico de luta nesse sentido –, sabemos que aos grileiros, pela forma como fizeram não a construção, mas a desconstrução da cidade, não interessa a regularização. É exatamente o oposto. Pelo menos pela pequena



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

experiência que tenho no plano do debate jurídico e na luta contra os grileiros de terras.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É importante o aparte de V.Exa. exatamente para que as pessoas, tendo em vista a respeitabilidade e o seu conhecimento jurídico, entendam o âmago dessa questão. Quando disseram: “Vamos calar o Deputado Agaciel Maia sobre o problema de regularização dos condomínios, vamos inventar uma historiazinha aqui e vamos queimá-lo”, não vou me curvar nas coisas em que penso estar correto. Não serão matérias plantadas que irão me calar a respeito das bandeiras que defendo. Não adianta quererem plantar... O depoimento do Deputado Chico Leite serve exatamente para isso, quem tem menos interesse em regularizar os condomínios de Brasília são exatamente os grileiros. Essa é não somente a minha bandeira, mas do nosso bloco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiramente, quero dizer que V.Exa. tem total apoio do nosso bloco. E a história, somente a história já mostra o trabalho de V.Exa. Ela diz que esse relatório que V.Exa. leu, nas questões dos governadores, se está apto a ser votado, é porque a comissão que V.Exa. preside trabalhou, e os projetos estão aptos a serem votados. A história diz que V.Exa. aprovou aqui uma lei importante, que é a questão de quem faz compras em *shoppings*, uma questão a favor do povo, mas que foi vetada.

O nosso bloco, liderado por V.Exa., pelo Deputado Rôney Nemer – e eu lá, pertinho de vocês –, traz para discussão essa questão dos condomínios, Deputado Robério Negreiros, que é um dos maiores problemas do Distrito Federal. Estamos trazendo o trabalho e mostrando a solução, mas começam a “plantar” notícias para diminuir o trabalho do Parlamentar ligado a esse bloco, que tem a bandeira social da legalização.

Está no jornal de hoje que o Governo, agora, quer começar a cobrar o IPTU de várias áreas do Distrito Federal. Na história, eu, que sou meio abestalhado – não entendo direito –, quando falam condomínio, fico sem saber o que é. Condomínio é muro, é fechado, são aquelas grandes famílias morando naquele lugar? E agora querem vir derrubar os portões? Isso é para quê? É para diminuir o trabalho do nosso bloco, que quer de fato trazer para o debate a questão dos condomínios.

E digo mais: podem falar para o povo do Distrito Federal que mora em condomínio ficar tranquilo, porque o bloco liderado por nós – está lá o Deputado Wellington Luiz – trabalhará de dia e de noite, se for preciso. Vamos encontrar uma solução para essas famílias que esperam de nós uma resposta eficaz. Vamos cobrar do Governo Agnelo que se faça justiça com essas pessoas. O Governo foi omissivo, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

agora é a hora da legalização, é a hora de respeitar o direito adquirido, e vamos trabalhar para que isso aconteça.

V.Exa. não está só, não. V.Exa. tem aqui amigos do seu bloco que estão do seu lado. Pode mandar virem para cima, porque estamos preparados para o que for preciso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria dizer a V.Exa. que aqui vou imitar o Deputado Chico Vigilante.

Eu liguei para a Agefis e o Presidente da Agefis disse que foi uma demanda da Terracap. A Terracap pediu, oficialmente, à Agefis que notificasse todas as guaritas daquela região de condomínios – todas – e emitisse a intimação demolitória. E assim a Agefis procedeu, porque é o papel dela, como V.Exa. e o Deputado Dr. Michel disseram. A Agefis não está lá para dizer: “Estou aqui, e o fiscal vai lá”. Há uma demanda que partiu da Terracap.

Como na Agefis há profissionais muito capazes – tenho o maior orgulho de fazer parte daquele órgão –, eles foram até o Administrador do Lago e disseram que a única forma de acabar com esse dilema é a Administração dar autorização para que existam guaritas e muros. O administrador dos condomínios já assumiu o compromisso de fazê-lo, e não haverá problema. Todos os condomínios foram orientados a entrar com recurso no período de trinta dias que eles têm. A Administração se comprometeu a dar essas licenças e, efetivamente, nada acontecerá. Mas enquanto o Poder Executivo está dizendo que vai resolver a questão da segurança – como foi bem colocado por V.Exa. e pelo nosso Vice-Presidente, Deputado Dr. Michel –, a Terracap está na contramão dessa história pedindo à Agefis que efetivamente notifique. E a Agefis não pode se negar.

Então, fica aí a explicação do que aconteceu. Eu dei uma de Deputado Chico Vigilante aqui e liguei para saber, porque é um assunto do qual eu, como fiscal que sou, concursado, tenho um pouco de conhecimento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Rôney Nemer, eu fico feliz exatamente pela informação, mesmo porque vai acalmar os síndicos e os moradores desses condomínios, já que houve uma indicação. Em nenhum momento eu quis atribuir à iniciativa exclusiva da Agefis. Nós sabemos que continua esse problema do interesse econômico, que é complicado em Brasília: essa guerra da Terracap, essa queda de braço de querer ter tantos terrenos. Alguns desses terrenos são considerados áreas particulares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

A informação de V.Exa., Deputado Rôney Nemer, já leva a esse síndico e a esses moradores desses condomínios esta solução: exatamente eles entrarem com recursos e solicitarem à Administração do Lago ou da cidade à qual eles estejam inseridos, eles vão à Administração e peguem o alvará referente à construção dessas guaritas.

Então, eu acho que só a resposta aqui de V.Exa. já me deixa bastante feliz e deixa os moradores e os síndicos desses condomínios muito tranquilos. Foi muito importante a fala de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Eu só queria me solidarizar sobre esse assunto. Eu já passei pela gestão pública. Eu já fui administrador e sofri muito com essa questão de regularização. Eu acredito que todo órgão possui a sua competência no Distrito Federal. Enquanto realmente o Executivo não tomar uma decisão firme para haver um entendimento entre as partes, entre os secretários, entre os órgãos de execução, nós vamos continuar tendo situações iguais a essa. Viu, Deputado? Porque cada um tem a sua missão e as missões não podem ser independentes. Nós estamos agindo como independentes.

Nós temos um governo e temos de trabalhar em função desse governo. Então, enquanto não houver uma sintonia das secretarias de governo, e isso não é um luxo desse governo. Eu falo porque já fiz parte de outros governos, de base de Governo, e já sofri na pele, como administrador, o distanciamento do secretariado. Enquanto os órgãos do governo não estiverem afinados e, principalmente, forem competentes para solucionar um problema dessa grandeza, vamos precisar ainda do senhor e de tantos outros que venham à tribuna, falem, busquem a comunidade e tentem acalantar, fazendo aquilo que é o papel do Deputado: fiscalizar, orientar, estar presente, buscar a base, realmente levar tranquilidade à comunidade.

Isso é o que o senhor está fazendo, e fazendo muito bem hoje. Eu só quero me somar e dizer que já sofri na pele isso. Nós vamos continuar avançando para que o Governo do Distrito Federal chegue a esse entendimento entre os órgãos de Governo, para que cada um não haja isoladamente, porque agir isoladamente diante de uma situação dessa é muito ruim. Nós vamos estar sempre passando a culpa, e não é interessante para o Governo a gente passar a culpa para ninguém.

Eu acho que o Deputado Rôney Nemer foi muito grande quando fez aqui uma explicação em relação a isso, justificando aqui o que a Agefis está fazendo, mas nós não podemos deixar que a Agefis aja sozinha. Temos de ter uma ação conjunta do administrador, de um representante do governo naquela região administrativa com os órgãos competentes. Só assim nós vamos deixar de ter sabores dessa natureza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Contem comigo no apoio a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Só para encerrar, eu queria agradecer, ao tempo em que quero dizer, Deputado Wasny de Roure, que se tivéssemos pelo menos uns oito ou dez Deputados como os nossos Deputados Rôney Nemer e Chico Vigilante, que têm atitude, que pegam o telefone e ligam para resolver, com certeza todos os problemas que nós trouxéssemos a essa tribuna seriam resolvidos.

Eu agradeço e parabenizo o Deputado Rôney Nemer por acalmar o coração dos moradores de todos esses condomínios que se sentiram ameaçados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância que V.Exa. teve com o tempo, em decorrência de uma discussão tão importante que envolve tanta gente no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Uma discussão importante como essa não poderia deixar de acontecer. Quero dizer ao nosso Líder de bloco que em momento algum nós expusemos a Agefis. Eu ainda fiz a comparação da Agefis com a polícia no que tange ao fato de ela ter de cumprir ordens. Se ela estava lá, não estava a bel-prazer dela. Ela estava lá como um sacerdote, fazendo a sua missão. Havia algum órgão do Poder Executivo determinando que ela ali fosse. Ela não estava lá ao seu bel-prazer. Ela estava determinada e, quando determinada, tem que se cumprir. Eu tinha certeza disso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que a fala do Deputado Agaciel Maia para nós é sempre uma aula, além de trazer questões de bastante conteúdo. Mas, Sr. Presidente, permita-me fazer esta questão de ordem. Eu peço à assessoria da Mesa que preste atenção à nossa questão de ordem.

Sr. Presidente, o Regimento estabelece que as falas de líderes devem se limitar ao prazo de cinco minutos, inclusive as concessões de apartes que o Líder concede. Eu gostaria que V.Exa. e os nossos Presidentes de Mesa atentassem para o Regimento porque, caso contrário, outros Parlamentares que estão inscritos e têm assuntos também importantes ficarão prejudicados. Então, eu peço a V.Exa. e a cada um dos colegas Parlamentares. Eu não estou aqui em momento algum querendo me diferenciar dos outros, mas eu estou querendo que toda a Casa tenha um entendimento de observância do Regimento porque, caso contrário, nós que não fomos inscritos em primeiro lugar seremos prejudicados.

Além do que, Sr. Presidente, nós temos o Grande Expediente, em que a fala é de vinte minutos. Os Deputados poderão ter o aparte, mas também deverão se limitar ao prazo de vinte minutos. Dessa forma, nós teremos dificuldades de termos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

um tratamento igualitário entre nós Deputados. Eu faço um apelo a V.Exa. com todo o respeito, com toda a atenção, porque o senhor é testemunha da minha parte.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu aceito o pedido de V.Exa. Eu só discordo na questão do tratamento igualitário. O tratamento é igualitário para todos no que tange ao tempo.

O Regimento realmente não está sendo usado, mas no que tange ao tempo, ele é liberado para todos durante o tempo que quiserem. Se for para nós usarmos o Regimento – com certeza usaremos o Regimento –, aí será igualitário também na questão do tempo, nos cinco minutos. Na questão do tempo, estamos utilizando igualmente, para todos, o tanto que cada um quiser. Eu só discordo de V.Exa. na questão da igualdade. A igualdade que eu estou utilizando, pelo menos quando Presidente, é que cada um usa o tempo que quiser, sem o Regimento.

Se V.Exa. fala de igualdade, aí o que está acontecendo? Parece que para uns eu uso o Regimento e para outros, não. Eu não estou usando? Então, eu entendi errado. Porque eu não estou usando o Regimento para ninguém. Cada um está usando o tempo da forma como melhor lhe convém. Nós não estamos usando aqui o tempo regimental para ninguém.

V.Exa. tem toda a razão. Concordo com V.Exa. O problema é que quando os primeiros falam, a tribuna está lotada. Aí, eles falam e vão embora. Eu pelo menos ouço a todos até o final. Eu fico aqui até o último falar, até porque eu tenho a responsabilidade, não estou dizendo que os outros não a tenham. Eu gosto, eu gosto daqui e quero tirar dois mandatos. Eu venho para cá de manhã, fico até de noite porque eu gosto desta Casa. Eu gosto de ficar aqui dentro. Eu não tenho nada para fazer lá fora. Eu gosto muito daqui e fico aqui muito tempo. Eu não estou criticando quem não fica. Os outros, eu não sei o que os outros vão fazer, não me interessa também, cada um que faça a sua vida.

Agora, o senhor tem razão. Vamos usar o Regimento a partir de amanhã. Porque se eu for usar o Regimento a partir de hoje, eu estarei discriminando os que ainda não usaram da palavra. V.Exa. tem toda a razão. Realmente temos extrapolado, e os últimos que vão falar... Muitas vezes ficamos eu, o senhor e os últimos falando. Se nós combinássemos que aqueles que falam primeiro ficariam aqui ouvindo os outros falarem, ficaria legal. Realmente eu tenho observado isso.

V.Exa. na sua experiência tem razão. A partir de amanhã, nós passaremos então a usar o Regimento, porque aí cada um fala os seus cinco minutos e dará mais certo.

Continuamos os Comunicados de Líderes, que ainda não serão de cinco minutos, só a partir de amanhã. O Deputado Wasny de Roure tem toda a razão, porque o que S.Exa. quer dizer é que as pessoas vêm aqui, Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Vigilante, usam a palavra por vinte minutos, trinta minutos, depois pegam a escada e vão embora. Não é o caso de V.Exa., mas muitos fazem isso também, vamos ser sinceros. O Deputado Wasny de Roure tem toda a razão. O pessoal vem aqui, usa vinte, trinta, quarenta, cinquenta minutos, vai embora, e o último que fala, ficam dois, três falando aqui, e a gente fica só ouvindo.

Vamos usar os cinco minutos regimentais porque realmente S.Exa. tem razão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, aqui nesta Casa, nós estamos falando para a imprensa presente, para os nossos assessores que ficam assistindo, para alguns Deputados e para poucas pessoas que ouvem através do som, porque somos incapazes, Presidente Deputado Dr. Michel, de instalar a *TV Câmara* para que as pessoas possam nos assistir lá fora. Espero que um dia a gente instale.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Só uma questão à parte, só para continuar. Eu vou discordar de V.Exa. nesse pequeno momento, porque nós éramos incapazes. A partir de agora já está tendo, se não me engano – não entendo bem dessas coisas, porque ainda sou meio bronco, eu estive toda a vida na periferia e desse negócio de internet eu não entendo –, na internet. E, se não me engano – nosso Presidente, que é muito eficiente, muito sério com essas coisas –, a partir do dia 26 já começa a transmitir nos canais da TV aberta.

Então, nós temos que dar a César o que é de César. Foi, no verbo passado. Eu estudei um pouquinho e o verbo é no passado: foi. A partir de agora, vai ser no verbo futuro, vai acontecer. V.Exa. tem toda a razão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero abordar na tarde de hoje a chamada crise do Cachoeira. Eu já falei disso aqui em quase todos os meus pronunciamentos. Falei do Sr. Demóstenes Torres, que veio a esta Casa pedir o *impeachment* do Governador Agnelo Queiroz, enquanto estava envolvido até a medula com o Cachoeira.

E posso dizer aqui, Sr. Presidente, que não vou aceitar que tentem trazer para o Distrito Federal uma crise que não é nossa. Apontem-me uma contribuição das campanhas do Cachoeira para a campanha de Agnelo Queiroz. Uma! Apontem-me. Não tem! Entretanto, Deputada Arlete Sampaio, o *blog* do Carlos Honorato, está lá hoje para ser lido por todos – Carlos Honorato é um jornalista respeitado desta cidade –, traz uma matéria do Jornal *O Popular*, de Goiânia, que dá conta de que as empresas do Cachoeira contribuíram com três milhões de reais para o comitê unificado do PSDB do Tocantins. As empresas do Cachoeira contribuíram com três milhões de reais para o comitê unificado do Tocantins. Contribuíram com oitocentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

mil reais para o comitê unificado do Sr. Marconi Perillo, do PSDB de Goiás. Portanto, o problema é de Goiás.

É importante registrar aqui para a mídia, também, e para quem está nos ouvindo que o contrato da Delta, os dois lotes do contrato da Delta não foram feitos no Governo Agnelo. Os contratos da Delta foram assinados, Deputado Dr. Michel, dia 9 de dezembro de 2010. Não era o Governo Agnelo, Deputado Wasny de Roure: 9 de dezembro de 2010.

E vamos dizer mais, pois é importante que a mídia registre. Quando a *Globo* joga, parece que o contrato é do Agnelo, e não é. Esse contrato, que é uma vergonha, Deputado Wasny de Roure, está assinado através de liminar. É importante verificar no Poder Judiciário por que se deu a liminar, pois o SLU, Deputado Dr. Michel, tinha inabilitado as empresas do Cachoeira para assinar os dois lotes. Elas foram desclassificadas, e a Justiça do Distrito Federal socorreu as empresas dando uma liminar para a assinatura do contrato, liminar que poderá cair a qualquer momento.

Eu conversava há pouco, Deputado Cláudio Abrantes, com o presidente do SLU, o nosso companheiro Gastão, que foi candidato a vice na chapa da então candidata Deputada Arlete Sampaio, e ele me dizia: a tendência é a liminar cair. A tendência é a liminar cair, essa é a tendência, porque está malfeita. Mas quem assinou o contrato, assinou fruto de uma liminar judicial. E tem mais: todos os contratos do SLU já estavam sendo auditados pelo Governo Agnelo, pela Secretaria da Transparência, e vão ser auditados agora com muito mais profundidade, sob a gestão do diretor Gastão. Essa é uma determinação do Governador Agnelo.

Nosso bloco PT/PRB fechou hoje uma série de reuniões, Deputado Rôney Nemer, que o Governador Agnelo iniciou pelo bloco parlamentar que V.Exa. lidera. Fez com o bloco de V.Exa., fez com todos os blocos e hoje fechou com o nosso.

O Jornal *Folha de S. Paulo* publicou de maneira irresponsável que o Governador Agnelo teria pedido a senadores que não abrissem a CPI. É mentira! O Deputado Wasny de Roure viu, o Governador Agnelo exige do Senado Federal a abertura da CPI. Nós, mais do que nunca, queremos a CPI no Congresso Nacional, acertada pelos Presidentes José Sarney e Marcos Maia. Nós, Deputados do Partido dos Trabalhadores, queremos que toda essa cachoeira venha a público. Quem for podre que se quebre; quem fez malfeito, que pague pelo malfeito que fez. Acreditamos no Governador Agnelo. Portanto, a CPI vem numa hora fundamental e importante.

Estávamos lá quando o Governador Agnelo Queiroz, Deputado Washington Mesquita, tomou conhecimento dessa publicação da *Folha de S. Paulo*. S.Exa. ligou para o porta-voz Hugo, determinando que ele expedisse uma nota dizendo que o Governador nunca conversou com nenhum senador pedindo que não houvesse CPI, e que a *Folha* aponte qual foi o senador a quem S.Exa. pediu para que não houvesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

CPI. Aponte um senador, diga quem é! Porque fica fácil, Deputado Agaciel Maia, jogar no ventilador dizendo que o Governador procurou um senador, quando ele não procurou nenhum. E disse mais: pediu que se colocasse uma nota oficial do Governo, Deputada Luzia de Paula: "Eu, Governador Agnelo Queiroz, exijo que a CPI seja instalada, eu quero a CPI". Tem que vir a CPI.

Portanto, Deputado Agaciel Maia, é importante que essas coisas venham a público. Vimos que o Sr. Demóstenes Torres quase colocou o Deputado Agaciel Maia em uma enrascada, quase. Ele fabricou, mentiu, preparou provas, pois eles são capazes disso, para tentar colocar V.Exa. em uma enrascada, quando V.Exa. era funcionário do Senado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. tem razão no seu pronunciamento, que é oportuno. Primeiro, no que diz respeito à citação. Realmente na época, em 2009, durante aquela crise do Senado, que era um complô para derrubar o Presidente Sarney, juntou-se um grupo de senadores, dentre eles estava o Senador Demóstenes, e acharam que desconstruindo o diretor-geral por meio de matérias mentirosas...

O Senador Demóstenes era um homem extremamente forte. Ele fez uma permuta entre um funcionário e o diretor de recursos humanos, diretor esse que chegou a ser demitido, porque tinha colocado a babá dele de laranja em um negócio de empréstimos. Existia toda uma efervescência em cima daqueles assuntos do Senado, e o objetivo – eu sempre repetia isso – era me afastar. Fizeram-me uma série de acusações, foram 32. Hoje, ainda restam duas remanescentes sobre esse negócio de ato secreto. Ninguém foi demitido e nenhum ato foi anulado, mas ainda respondo por essa ação. As outras todas, tive de derrubar no Judiciário. O Senador Demóstenes é um homem com poderes dentro de todos os órgãos da imprensa.

Basta dizer a V.Exa. que ele fazia uma permuta, lotava uma pessoa no gabinete do diretor e colocava uma pessoa do gabinete do diretor no gabinete dele. É a cruzadinha, como chamavam, para evitar o problema do nepotismo. O que aconteceu? Ele fez uma acusação de que eu teria lotado uma servidora — mesmo tendo oito vagas em meu gabinete — no gabinete dele sem autorização. Ele foi ao plenário e fez acusações graves. Se V.Exa. entendesse a importância e o poder que o senador tinha! Ele fez uma acusação sabendo que era ele quem tinha feito, que eu não tinha responsabilidade sobre aquilo, mas, afinal de contas, eu estava sangrando com tantas acusações e, uma a mais, uma a menos, era a pá de cal em Agaciel.

Ele foi ao plenário, como se fosse hoje à tarde, e depois de dois dias eu estava sendo notificado pela Polícia Federal para prestar depoimento à tarde. Recebi a notificação às 10 horas, dizendo que a partir das 14 horas eu deveria depor para responder às acusações feitas pelo Senador Demóstenes. Eu passei a madrugada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

toda pesquisando os atos para entender aquilo, porque como é que eu, tendo vagas, iria lotar uma pessoa de um senador de que eu não tinha conhecimento? E encontrei exatamente essa cruzadinha.

Eu acho que o fato de a polícia me chamar tão rapidamente era para não dar tempo de eu me preparar, mas eu tinha encontrado. Levei em uma pasta e disse: “Excelência, Dr. Delegado, a relação promíscua aqui não é minha, não! Estão aqui os documentos. Eu não tenho culpa disso. Não fui eu que nomeei, nem teria nenhuma motivação. Como, tendo oito vagas no meu gabinete, vou colocar uma pessoa no gabinete de um senador com quem eu não me relaciono, sem ele saber?” Então disseram que iriam tomar as providências, iriam chamar o senador e ele teria de se explicar. Deputado Chico Vigilante, já faz quatro anos e nunca mais ninguém ouviu falar dessa história.

Como V.Exa. falou, eu não desejo mal, não estou querendo que o Senador Demóstenes vá para o inferno ou qualquer lugar. Eu não desejo mal a ninguém. O problema é que alguns vestais, que se apresentam vestais para fazer acusações para todo mundo, na realidade são vestais grávidos, e o tempo depois revela quem são essas pessoas. Então, eu não tenho mágoa, não guardo mágoa no coração, não desejo mal ao Senador Demóstenes, não quero que ele nem a família sofram o que eu sofri. Mas essa é a verdade dos fatos.

No que diz respeito ao Governador Agnelo, por existir proximidade com Brasília, toda reação que se faz contra o Governo, principalmente o Governo Federal, se quer descontar nas costas do Governador Agnelo. Não vimos um sujeito lá do Paraná fazer uma acusação? Depois vieram dois senadores da República, inclusive o Senador Demóstenes veio à Câmara Legislativa. Senadores da República, que têm preocupações de outro nível, virem à Câmara Legislativa, num Legislativo estadual, pelo qual os Parlamentares têm de ter respeito, como pelo Legislativo municipal — a Câmara! Entre o legislativo estadual e o federal, Câmara e Senado, geralmente há um certo respeito. Se há alguém que vem representar ou fazer alguma acusação à Câmara Legislativa, que seja um Parlamentar de oposição a fazer isso — um Deputado Distrital, mas não uns medalhões da República, os vestais, os moralistas, os arautos da moralidade —, fazer acusação constantemente.

O problema de Brasília, V.Exa. tem de saber, é a visibilidade. Fazer acusação sobre um governador outro qualquer de um Estado distante não dá repercussão. Mas se disserem que o Agnelo é feio, amanhã todo mundo publica que o Agnelo é feio. Se disserem que é bonito, o pessoal publica que o Agnelo é bonito. Por isso, de todas as crises, as cercanias de todas as crises por que o poder federal passa ou o Poder Legislativo federal passa, tem de se jogar alguma coisa no colo do Governo do Distrito Federal. V.Exa. tem razão.

Então, ou o nosso Governo se prepara para estar constantemente se defendendo de tudo isso, vem uma acusação... A acusação do problema da Anvisa, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

sindicância descaracterizou, mas isso não teve repercussão, praticamente só quem tinha interesse em ler que o Governador Agnelo não tinha nada a ver com aquela situação... Agora, imaginem se uma sindicância dissesse que havia indícios — aí o estardalhaço estava feito. O Governador Agnelo tem que se preparar, porque com toda crise que estourar, seja dentro do Parlamento nacional, seja no âmbito do Governo Federal, Brasília, até para dar um ingrediente, para colocar uma pimenta, vai estar sempre sofrendo.

V.Exa. faz um pronunciamento oportuno hoje à tarde. V.Exa. é um defensor ferrenho, é o mais brilhante de todos nós aqui em fazer a defesa do Governador. Portanto, eu quero parabenizá-lo pelo discurso de hoje à tarde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e vou encerrar dizendo que a crise do Cachoeira é uma crise de Goiás. A crise do Cachoeira é uma crise do Democratas e do PSDB, não é do PT. E se houver gente do PT no meio disso, vai ser punida.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu vou um pouco mais longe. Eu acho que a crise do Cachoeira é a crise da moralidade, independe de quem quer que seja. Quem tem rabo de palha que não pule fogueira. Se houver alguém metido com ele, que resolva seu problema para lá.

Eu, na Polícia, tinha um adágio comigo: quem fez suas cagadas que use seu papel higiênico. Eu não sou papel higiênico para limpar cagada de ninguém. Então, quem é responsável por essas coisas eu não quero saber — se é do Goiás, se é do Tocantins, de onde quer que seja. Problema de quem quer que seja. Se é do PT, se é do PSL, de quem quer que seja. Quem está envolvido que responda. Eu não estou envolvido com nada, eu não estou envolvido com Cachoeira, eu não estou envolvido com Água Mineral, eu não estou envolvido com ninguém. Então, eu não devo nada para ninguém. Por mim, ela chega aonde quiser. Eu não estou preocupado com Cachoeira — eu não vou ao Itiquira. Não estou preocupado. Então, o senhor me desculpe, eu não tenho nada a ver com Cachoeira.

Meu sigilo telefônico está aberto, meu sigilo bancário está aberto, tudo o que é meu está aberto. Não estou preocupado com o seu Cachoeira. Juro para V.Exa. que não estou preocupado. Eu não tenho rabo de palha. Eu pulo qualquer fogueira. Eu já falei aqui que já pulo qualquer fogueira. Minha verba indenizatória está aberta, minha verba de gabinete está aberta, qualquer verba que eu recebo nesta Casa está aberta. O 14º e o 15º já foram embora. Ainda tem um desgraçado que passa lá, que chama Michel, lá no Pará, que é ladrão. Ah, pelo amor de Deus, ninguém aguenta um trem desse, não!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Agora, se Cachoeira, se qualquer um está envolvido, eu não tenho nada a ver com ninguém. Eu não tenho, eu não sou ladrão. Então, por mim, quem tiver seus problemas que os resolva, entendeu? Eu conheço aquele infeliz daquele Idalberto de muito tempo. Ele é bandido já faz tempo, está preso. O lugar dele é na cadeia. Lugar de bandido é na cadeia. O problema é deles.

Eu garanto que V.Exa. não está preocupado, V.Exa. não está preocupado. Se é no Goiás, se é no DF, se vai abrir CPI, se não vai, rapaz, eu quero é que cada um responda, e que se exploda. Por quê? Porque a gente não deve nada. Não devo nada, V.Exa. não deve. Nós temos que estar aqui é batendo palma. Que se faça a limpeza, que se faça, que se limpe, que se limpe essa sujeirada toda, que se limpe. Que nós passemos a limpo o Distrito Federal, que passemos a limpo a União! Porque se diz que tem Mato Grosso, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, eu quero é que pegue a União como um todo, rapaz. A gente já não aguenta mais essa sujeirada.

Eu não sou Demóstenes, não. Porque dizem que o Demóstenes era o baluarte da moralidade. Eu não sou ele, não. Eu falo e garanto. Eu não tenho rabo preso e não tenho rabo de palha. V.Exa. pode ter certeza disso. Então, eu vou dizer para V.Exa: a crise não é minha nem sua, a crise é deles, e eles que a resolvam. E continuo dizendo: nem Cachoeira nem Água Mineral, nós não temos nada a ver com isso. Eles é que resolvam.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e vou encerrar, Deputado Rôney Nemer, colocando um ponto sobre o qual eu falei aqui outro dia, Deputada Arlete Sampaio, em um dos meus pronunciamentos. Eu dizia, e pretendo fazer um pronunciamento mais aprofundado, que eu tenho convicção formada há muito tempo de que existia uma máfia no Distrito Federal — eu vou pontuar desde quando ela veio —, que perpassou, Deputado Dr. Michel, por todos os governos e tenta de todas as maneiras pegar o Governo Agnelo, mas não vai porque aqui estou eu, aqui está o Deputado Robério Negreiros, que chegou há pouco tempo, mas também está, estão todos os Deputados aqui. Não vamos permitir.

Neste Governo não há mensalão, pagamento a Deputados; neste Governo não há favores; neste Governo, Deputado Dr. Michel, há discussão política, o que é legítimo. Qualquer Deputado pleitear e indicar qualquer cargo é legítimo, Deputada Luzia de Paula, é legítimo. Mas não há coisa escondida. Tenho dito o tempo todo para o Governador Agnelo Queiroz: ninguém vai contar comigo para malfeito. A única coisa que eu tenho, Deputada Arlete Sampaio, é o meu nome.

Sei do momento difícil, porque tentam de todas as maneiras puxar o Agnelo. Não vão trazer porque ele não tem — o Deputado Dr. Michel falou aqui de rabo de palha, o Agnelo nem rabo tem.

Portanto, é importante a gente pontuar essas coisas para dizer o seguinte: se algum elemento desse Governo, que não é o caso do Cláudio. Conversei com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Cláudio há pouco, ele fez hoje o que qualquer um faria: foi ao Procurador-Geral da República, foi ao Corregedor da Polícia Civil, foi ao Corregedor da Polícia Federal pedindo a todos que o investiguem. Está correto, está exonerado e que o investiguem. Qualquer elemento, Deputado Paulo Roriz, que aparecer, não importa quem seja, vai ser punido, porque a gente não passa a mão em cabeça de quem quer que seja.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concordo com V.Exa. Quero me solidarizar com suas palavras e concordo plenamente.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer aqui, utilizando o horário da Liderança do Governo, uma fala que tem a ver com um processo antigo, quando eu era Deputado Distrital na minha primeira legislatura. A matéria foi veiculada aqui, a luta dos professores do Ceub, na qual, à época, nos idos de 1991, no seu processo reivindicatório, houve uma demissão bastante significativa.

Depois de essa matéria ter sido reintegrada em decisão do Tribunal Regional de Trabalho em 1992, confirmada no Tribunal Superior do Trabalho em 2010, houve recurso. Hoje a matéria está no Supremo Tribunal Federal. Quero fazer um apelo a esta Casa, quero fazer um apelo ao Supremo Tribunal Federal. Eu gostaria, Sr. Presidente, se V.Exa. concordar, para que o direito desses professores que foram apenados – porque, na sua organização sindical, fizeram uma grande luta pelos seus direitos, pelas reivindicações ali colocadas –, fosse encaminhada uma mensagem desta Casa ao Supremo Tribunal Federal, para que não procrastine mais a apreciação dessa matéria.

Essa matéria tem um simbolismo político da maior relevância para os professores. Não é apenas aos professores do Ceub, que são diretamente afetados por essa decisão que já passou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelo Tribunal Regional de Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho, e agora se encontra no Supremo Tribunal Federal. É uma ocorrência na mobilização dos professores em estado de greve que levou à demissão de um conjunto grande de professores. A decisão do Supremo é de fundamental importância para que o direito desses professores possa ser plenamente restabelecido.

Eu gostaria de passar posteriormente aos colegas Deputados uma correspondência, Deputado Dr. Michel, para que pudesse ter assinatura não só da Mesa Diretora, mas de cada um dos Srs. Deputados, para que possamos, no nosso clamor, fazer a defesa desses professores, que é ter o direito da apreciação dessa matéria no Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo Tribunal Federal tem procrastinado a análise dessa matéria, a análise conclusiva. E é uma matéria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

direito, uma matéria fundamental na conquista dos trabalhadores que, à época, estavam em processo de organização sindical.

Não cabe mais no Estado de Direito Democrático penalizar professores porque entraram em um estado de greve na luta pelas suas reivindicações. Naturalmente isso não significa que vamos acalantar o quadro de violência, ou agressão verbal, porque por aí não se constrói a democracia, não se constrói a cidadania, muito menos o direito dos trabalhadores. Mas esse direito dos trabalhadores precisa ser restabelecido. Eu, portanto, deixo um apelo a esta Casa, para que o Supremo Tribunal Federal aprecie o processo pertinente aos professores.

Tive o privilégio, à época, de acompanhar os professores que fizeram a sua petição no Ministério Público. Portanto eu tenho o compromisso com esse segmento, que merece de nossa parte toda a atenção. Alguns desses professores já se encontram em fase de aposentadoria; os seus direitos, naturalmente, estão prejudicados por conta do não restabelecimento integral do direito de reintegração.

Sr. Presidente, são essas as considerações que deixo ao Plenário desta Casa. Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas fazer um apelo a V.Exa. e ao Líder: não sei se vai haver votação hoje, mas se houver, sugiro que abramos mão das falas e passemos efetivamente para votação do segundo turno dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Rôney Nemer, eu pedi verificação de *quorum*, e não há *quorum*.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar que, nos comunicados de Líderes na tarde de hoje, farei uso da palavra pela Liderança do nosso bloco, PPS, PDT e PSB.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria, venho nesta tarde à tribuna para falar de dois assuntos. Vou procurar me ater ao meu tempo regimental, como sempre pedindo a paciência de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Cláudio Abrantes, hoje não está valendo tempo regimental, portanto V.Exa. tem todo o tempo necessário e sem ser necessário, também.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

São dois assuntos: um que me deixa extremamente alegre, que me satisfaz muito; o outro, de forma alguma, ao contrário.

Vamos começar pelas coisas boas. Sr. Presidente, quero saudar o Distrito Federal porque, pela primeira vez, Brasília vai se transformar na Capital Brasileira do Livro, acolhendo debates, lançamentos, exposições de filmes, exposições, *shows*, palestras, com grandes nomes da literatura mundial na nossa cidade, na primeira Bienal Brasil do Livro e da Leitura, que acontece aqui no Distrito Federal.

Teremos, a partir do próximo dia 14, próximo sábado, uma semana inteira, na verdade dez dias em que estarão na cidade autores de todos os continentes, educadores, editoras, distribuidoras, empresários, jornalistas que vão trabalhar justamente esse poder transformador do livro, o poder transformador da leitura. Eu quero saudar essa iniciativa.

Obviamente, existem algumas questões a serem esclarecidas que ainda estão em debate, mas eu tenho plena confiança que a Secretaria de Cultura fará da maneira correta, legal e transparente. Isso não pode em hipótese nenhuma obstruir o brilho desse evento mundial que acontece aqui no Distrito Federal. Só para termos uma ideia, receberemos na Bienal do Livro dois vencedores do Prêmio Nobel de Literatura, o nigeriano Wole Soyinka e a escritora Conceição Lima. Inclusive, esses autores lançarão livros durante a Bienal. Teremos um grande *show* de Caetano Veloso e também a participação de diversos escritores de outros continentes, como disse há pouco.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu quero dizer a V.Exa. e aos colegas Parlamentares que eu me sinto muito orgulhoso pela sua sensibilidade. Não é de menos importância que V.Exa. é o nosso Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. V.Exa. traz uma pauta nesta tarde para esta Casa dando destaque à Bienal do Livro em Brasília. É um momento singular na história cultural de Brasília. Não há dúvida disso.

Eu quero parabenizar o Secretário Hamilton, o GDF como um todo, sobretudo a equipe que está trabalhando para a realização do evento. Quero cumprimentar V.Exa. que, ao mobilizar a Câmara, traz essa temática, tanto na área da literatura propriamente dita, como também da música, ou seja, a riqueza do conhecimento. Brasília hoje é uma referência. Portanto, eu só quero cumprimentá-lo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

e incentivá-lo por essa tarefa de V.Exa. e seu gabinete: tratar a cultura de maneira tão propositiva e afirmativa.

Planaltina deve sentir-se muito orgulhosa com o mandato de V.Exa., que abraça essa causa, até mesmo pela característica daquela cidade que tanto orgulho traz a nós, filhos adotivos desta cidade gloriosa que é Brasília. Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure. Agradeço o elogio e também a contribuição que V.Exa. tem dado à cultura desta cidade, não só do ponto de vista da ajuda, mas também do debate que precisamos ter sobre as políticas públicas de cultura.

Sr. Presidente, como eu dizia, além do Wole Soyinka e da Conceição Lima, diversos autores estarão passando pela Bienal de Brasília. Eu fiz alguns destaques: o norte americano Daniel Polansky, que é autor de uma trilogia chamada *Cidade das Sombras*; Alice Walker, que escreveu *A Cor Púrpura*; e também o argentino Antonio Skármeta, que é autor de *O Carteiro e o Poeta*. Essas serão algumas das atrações que passarão pela cidade nesses dias.

Isso só mostra, como falou o Deputado Wasny, que Brasília se torna uma referência mundial, nesses próximos dez dias, do ponto de vista da literatura. Naturalmente, Sr. Presidente, que esta Câmara deve e nós temos a obrigação de fazer que existam políticas públicas de incentivo à leitura, não só no período da Bienal. É preciso incentivar a leitura nas escolas públicas, o acesso às bibliotecas, fortalecer a Biblioteca Nacional para que a cultura de ler, de procurar bons livros esteja também no dia a dia dos nossos cidadãos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Cláudio Abrantes, a sua fala é extremamente pertinente porque Brasília encontra-se diante de tantas más informações que não consegue perceber as coisas extremamente positivas que estão acontecendo na cidade, e uma delas, sem dúvida, é a Bienal do Livro, que vai se inaugurar às 9h do sábado próximo. Como V.Exa. já falou, essa Bienal não é apenas uma exposição de livros. Brasília será centro de encontro de escritores de grande relevância do mundo, como já foi dito. Nós teremos a oportunidade de assistir a debates importantes, a filmes importantes. Vamos, portanto, trazer os olhos do Brasil. Aquelas pessoas que se interessam pela literatura estarão de olhos voltados aqui para o nosso Distrito Federal.

Portanto, a sua lembrança é extremamente pertinente. Acho que todos nós Deputados devemos prestigiar esse evento lá no sábado e, sobretudo, levar a família para justamente visitar a exposição e todo o trabalho que está se desenvolvendo na Bienal do Livro. Eu quero parabenizá-lo pela sua lembrança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Para terminar, eu quero dizer ao Deputado Dr. Michel: muito obrigada pela referência que fez. Eu tenho certeza de que Brasília seria outra se eu tivesse ganhado as eleições em 2006. Não tenho dúvida disso. Muito obrigada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Obrigado, Deputada, pelo aparte. Solicito que ele seja incorporado.

Para encerrar esse tema efetivamente, eu quero falar da vocação da nossa Capital pela cultura, falar de bens culturais, do protagonismo que Brasília tem na cultura. Não é à toa que nós tivemos aqui o Primeiro Festival de Cinema do País, mas, ao mesmo tempo, se o tivemos, temos ainda que olhar com carinho para o polo de cinema, que precisa realmente de uma revitalização — eu tenho certeza de que isso já está sendo trabalhado.

Além de tudo, esta cidade, além de acolher tantos cidadãos do País, também acolheu diversas culturas. Recentemente, perdemos o Sr. Teodoro, mas a sua obra, o seu boi continuará na lembrança e no exercício da atividade cultural da comunidade do Distrito Federal.

Sr. Presidente, essa foi a primeira parte do meu pronunciamento, o que me deixa muito satisfeito. Mas eu não posso deixar, Sr. Presidente, de comentar também um tema sobre o qual eu nem gostaria de estar falando hoje e de externar a minha preocupação para com ele. É um tema sobre o qual nós não gostamos de falar porque nós gostaríamos que não fosse necessário trazer à tribuna esse fato que foi tão noticiado pela imprensa no dia de hoje.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, porque, como morador daquela região norte, assim como V.Exa., eu não poderia deixar de salientar a minha preocupação, como já fiz aqui nesta tribuna, com o transporte coletivo no Distrito Federal. O que aconteceu hoje na BR-020 foi algo extremamente grave. Grave porque houve uma manifestação voluntária da população. Não há um movimento organizado que pensa em fechar uma BR como protesto. É algo que aconteceu em virtude do inconformismo da população com o transporte público.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. é testemunha do tanto que eu tenho cobrado e do tanto que nós temos lutado junto, com o Deputado Dr. Michel, com a Deputada Arlete Sampaio. A Deputada Luzia de Paula sabe que esse problema afeta também a região dela, a Ceilândia. O que houve hoje não foi um movimento planejado: olha, tal dia vamos fechar a BR. Foi o inconformismo da população com o serviço prestado de maneira precária. Foi o inconformismo da população com o descaso, principalmente desses senhores que estão aí nas empresas de ônibus há dezenas de anos, que estão há décadas mamando no transporte coletivo do Distrito Federal.

Hoje o que nós vimos foram três ônibus quebrados em sequência, dois para um lado e mais um para o outro. Isso gerou uma revolta tão grande, que a população naturalmente resolveu: “Nós temos que fechar. Nós temos que protestar!”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

E o transtorno para a Capital federal hoje foi gigantesco. Agendas canceladas, compromissos perdidos.

Mas eu quero dizer, senhoras e senhores, que esse transtorno acontece praticamente todos os dias com os trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal que necessitam usar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal. É incrível isso! É um absurdo e é inaceitável que nós ainda tenhamos na Capital da República empresas fornecendo ônibus com quinze, vinte anos de uso. Porque os ônibus quebram pela má qualidade. E aí, lógico, fizemos a nossa parte. A Câmara, no ano passado — eu sempre bato nesta tecla —, aprovou o PDTU neste Plenário, deu todas as condições para o Governo se movimentar. O Governo se habilitou no PAC da Mobilidade do Governo Federal, que é um grande projeto e vai mexer, não tenho dúvidas, com todo o transporte coletivo do Distrito Federal.

Recentemente, o Governo do Distrito Federal lançou uma licitação global do sistema do Distrito Federal, e isso é fato único na história do Distrito Federal. E nós, esta Câmara, esta Legislatura, esta Casa não pode se conformar com o tipo de veículo que está andando na rua do Distrito Federal. Porque, Deputado Chico Vigilante, o representante do DFTrans foi lá e fez um acordo: mandar mais trinta ônibus para a região. Digo a V.Exa. com toda a tranquilidade de quem está lá no dia a dia, conversando, convivendo com as pessoas: se for no nível dos ônibus que essas empresas, e eu não tenho nenhum medo de dizer aqui o nome das empresas: Viva Brasília, Viplan.

Inclusive, deixe-me fazer um parêntese, uma justificativa para a imprensa. Desta tribuna, eu falei que apresentaria uma *notitia criminis* contra a Viplan, pela má qualidade do serviço prestado e por ter oitenta ônibus parados, quando seus ônibus estavam quebrando. Essa *notitia criminis* virou um inquérito da Delegacia do Consumidor, Decon. A Dra. Alessandra, que muito bem mandou uma lembrança para V.Exa., Deputado Dr. Michel, instaurou inquérito para apurar a responsabilidade da Viplan, e é o Inquérito nº 55, de 2012, da Decon. Apenas esse parêntese.

Essas empresas, Viva Brasília, São José — a São José nem tanto —, Viplan, Veneza, são terríveis. A qualidade do ônibus é horrível, não tem a menor qualidade para você poder colocar a lotação mínima, imagine a superlotação com que ele anda.

Que apelo faço aqui? Nós precisamos, neste momento, a Câmara, de trabalhar com a Procuradoria, principalmente porque o processo para cassar a concessão da Coopatram, de Planaltina, que quebrou e não tem condição de fornecer nada, está lá na Procuradoria. Nós precisamos do aval da Procuradoria para que este processo seja resolvido, para que a Coopatram realmente saia de circulação e possamos fazer contrato emergencial lá. São poucas as hipóteses, Deputado Chico Vigilante, em que eu admito um contrato emergencial; uma das hipóteses é essa.

Nós temos que fazer com que isso aconteça. A Câmara tem que se manifestar para que o contrato emergencial seja feito rapidamente e com ônibus de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

qualidade. Não vai adiantar colocar trinta ônibus com quinze, vinte anos, porque vai permanecer a mesma rotina, Deputado Dr. Michel, a mesma rotina de ônibus quebrando: um, dois três, quatro.

Houve morador que já chegou a dizer para mim: “Cláudio, eu mostro para você a filmagem de um dia a gente ter nove ônibus quebrados entre o Plano Piloto e Planaltina”. E isso, Deputado Dr. Michel, volto a dizer, não é exclusividade de Planaltina e de Sobradinho, isso acontece no Gama, isso acontece na Ceilândia, em Brazlândia.

Para concluir, Sr. Presidente, eu não sou ligado a atitudes radicais. Recentemente queimaram um ônibus pelos lados de Brazlândia. Recentemente, um ônibus “pegou fogo”, com aspas bem grandes, lá perto do DVO, no mesmo local em que houve a manifestação de hoje. Eu não concordo com isso, mas no bojo de toda essa estrutura está a insatisfação da população com esses ônibus, com o serviço.

Eu tenho confiança em que essa licitação — na qual serão abertos os envelopes, se não me engano, Deputado Chico Vigilante, no dia 18 — trará novidades e melhorias para o transporte público da cidade. Nós não podemos, a população não merece esperar e conviver até a implementação e chegada desses novos ônibus. Portanto, nós estamos estudando as medidas. Assim como a Viplan foi objeto de uma *notitia criminis* de nossa parte, com certeza outras empresas também serão. Porque, além do serviço ruim, falta de horário, pessoal despreparado, os ônibus oferecem risco para a vida e para a saúde dos usuários.

Então é isso, Sr. Presidente. Agradeço sua generosidade no dia de hoje. Sei que amanhã o Regimento será cumprido, mas agradeço muito a sua generosidade no dia de hoje com o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não poderia pensar diferente de um Deputado como V.Exa., que traz sempre as questões do Distrito Federal.

Realmente a questão do transporte público do Distrito Federal está nos perturbando e causando um transtorno danado. Mas temos um Secretário de Transportes que vem trabalhando com muita dedicação. O problema é essa máfia que há hoje no transporte público, que a gente tenta, tenta, tenta. Mas eles entram com liminares e ganham liminares, e tiram liminares. Eu não sei de onde eles conseguem tantas liminares. Isso acaba prejudicando a própria sociedade.

Eu já falei que nós precisamos fazer uma reforma ampla e irrestrita nessas leis. Porque é tanta liminar, e não é culpa do Judiciário, não é culpa dos juízes. Mas as leis são muitas brandas na questão de conceder liminares. É tanta liminar que se consegue, que acaba a sociedade ficando dessa forma.

Eu penso que nós aqui no Parlamento podemos fazer alguma coisa. Eu acho que temos de juntar os 24 Deputados e começar a tirar esses ônibus das linhas, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 04 2012	15h55min	27ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

começar a colocar outros ônibus. Eu não sei exatamente o que podemos fazer. Mas temos de fazer alguma coisa, porque realmente hoje foi o caos aquilo ali. E a revolta das pessoas era tão grande que a gente olhava e via sangue nos olhos daquele povo, de tanta revolta. Eu passei por lá e vi sangue nos olhos daquele povo. Viu, Deputado? Então, eu quero aqui me ombrear a V.Exa. e dizer que realmente a coisa está feia.

Informo que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.325, de 2012, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, a sessão ordinária de amanhã, dia 12/04/2012, quinta-feira, será transformada em comissão geral para realização de debates sobre a população em situação de rua no Distrito Federal. E nós estaremos presentes, porque realmente é outra situação que nos traz um transtorno danado, que é a situação das pessoas nas ruas.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Esta Presidência consulta se algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra. (Pausa.) Com não há nenhum Parlamentar que queira fazer uso da palavra, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo nenhuma deliberação, esta Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h27min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 81 – Suplemento, de 11/5/2012.